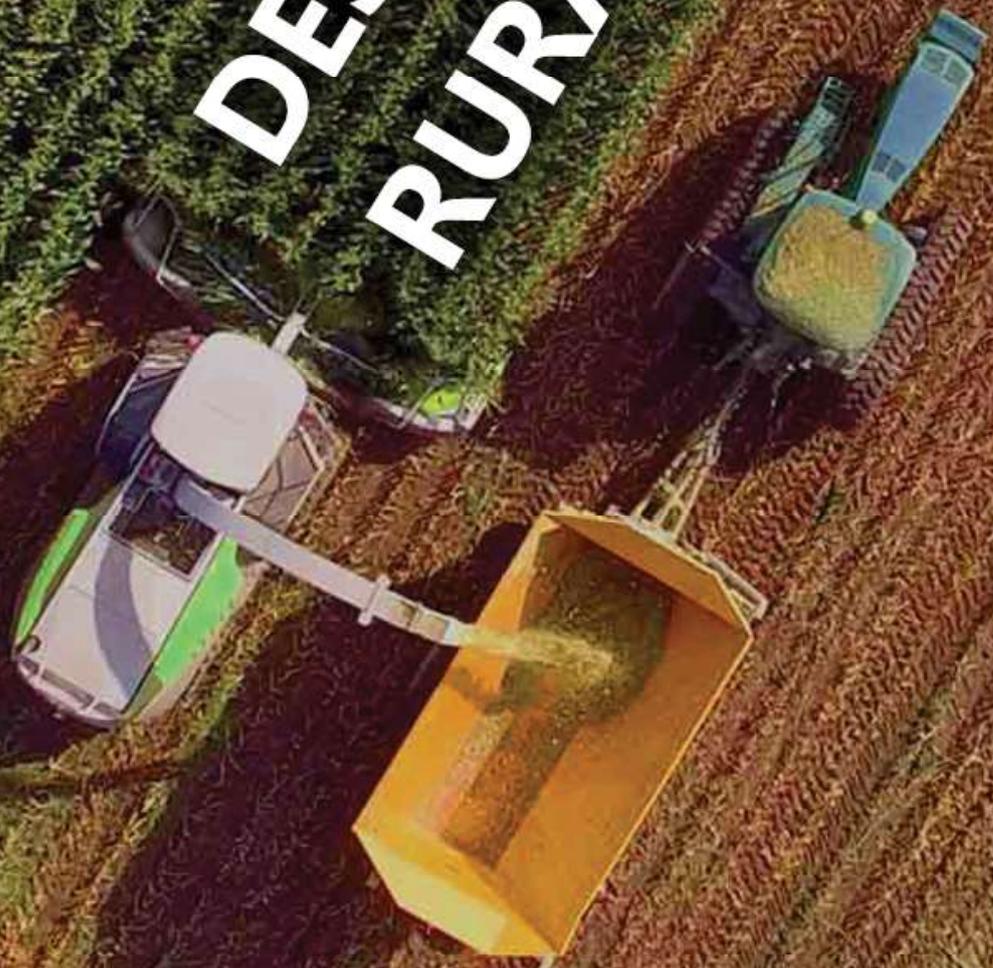




centro universitário facvest  
**unifacvest**

# DESENVOLVIMENTO RURAL



José Roberto Paludo

José Roberto Paludo

# Desenvolvimento Rural

## **UNIFACVEST**

Reitor: Geovani Broering

Pró-Reitora de Administração e Finanças: Soraya Lemos Erpen Broering

Pró-Reitor Acadêmico: Roberto Lopes da Fonseca

Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão: Renato Rodrigues

## **Equipe de produção**

Coordenadores do projeto: Simone Regina Dias e Marco Maschio Chaga

Designer educacional: Simone Regina Dias

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Boppré

Este material é resultado do Projeto de pesquisa “Estudos sobre narrativa e tecnologia educacional”, vinculado à linha de pesquisa Linguagens, micronarrativas e tecnologias, do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Transculturais da UNIFACVEST.

Os professores que fazem parte desse Projeto são: Arceloni Neusa Volpato; Eduard Marquardt; Maryaulê Malvessi Mittmann; Marco Maschio Chaga e Simone Regina Dias.

## CONHECENDO O AUTOR

---

**José Roberto Paludo** é graduado em História, cursou Máster em Ciência Política Aplicada na Espanha, é Mestre e Doutor em Sociologia Política pela UFSC. Possui experiência como professor de Ensino Básico, de Graduação (presencial e EaD) e Pós-Graduação, além de trabalhar com formação continuada de professores. Fez cursos de aperfeiçoamento em Desenvolvimento Local Sustentável (convênio com PNUD) e tem experiência em planejamento estratégico, coordenou um programa de desenvolvimento local e atuou como consultor em projetos de desenvolvimento regional. Além da docência, tem experiência em planejamento estratégico, facilitação de grupos, projetos de desenvolvimento local e regional, organização e coordenação de eventos, assessoria política, gestão pública e atividades de formação popular.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5237770538997482>

## CONHECENDO A DISCIPLINA

---

Olá estudante! Bem-vindo à disciplina de Desenvolvimento Rural. Mas o que se entende por desenvolvimento rural? Quando se fala a palavra “rural”, a primeira ideia que vem à mente é a divisão geográfica que diferencia e contrapõe o espaço rural do espaço urbano; o rural como uma região pouco habitada, com baixa densidade populacional.

Você sabia que no Brasil, segundo o IBGE, considera-se território rural os municípios com menos de 50.000 habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado? Com isso, temos um total de 2.500 municípios rurais (45% do total), que ocupam um território de 5.046.045 (58% do total), onde vivem 28,4 milhões de habitantes (15,4% da população brasileira).

Então, será que definir o rural apenas do ponto de vista da densidade populacional já basta? Como é definido o rural a partir de diferentes paradigmas? E qual o significado da palavra “desenvolvimento”? Qual a importância do desenvolvimento rural no processo histórico e no contexto brasileiro atual?

Nosso percurso passa por essas questões, e os objetivos desta disciplina são os seguintes:

- compreender a evolução teórica e prática do conceito de desenvolvimento rural enquanto território local no contexto da globalização;
- identificar no processo histórico brasileiro os diferentes modelos de produção e de organização do meio agrícola;
- mapear o desenvolvimento de novas tecnologias na produção e gestão agrícola, além de identificar os entraves e oportunidades no desenvolvimento de políticas públicas;
- estudar o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL) e identificar potencialidades visando melhorar a qualidade de vida no espaço rural.

A disciplina está dividida em quatro partes: conceitos gerais; a agricultura no Brasil; tecnologias e políticas públicas; pensando o rural estrategicamente.

Este livro está estruturado com base no método dedutivo iniciando por conceitos gerais, inserindo-os no contexto brasileiro e dialogando com o(a) leitor(a) para instigá-lo(a) a se envolver e tornar-se um sujeito ativo(a) no processo de transformações que estão ocorrendo.

Esperamos que essa jornada seja proveitosa e instigante!

## Sumário

### **UNIDADE 1 - Conceitos gerais para compreensão do Desenvolvimento Territorial Sustentável**

Objetivo de aprendizagem

O que vamos aprender aqui?

Tópicos de estudo

1.1 Conceitos e paradigmas

1.2 Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)

1.3 O rural e o global

Em resumo

Referências

### **UNIDADE 2 - Agricultura brasileira: Modelos econômicos e organizativos**

Objetivos de aprendizagem

O que vamos aprender aqui?

Tópicos de estudo

2.1 Agronegócio

2.2 Sistema de integração produtor-agroindústria

2.3 Novas formas de organização da agricultura familiar

Em resumo

Referências

### **UNIDADE 3 - Tecnologias e políticas públicas**

Objetivos de aprendizagem

O que vamos aprender aqui?

Tópicos de estudo

3.1 Tecnologias de gestão do agronegócio

3.2 Inovações e diversificação da produção

3.3 Políticas públicas de inovação

Em resumo

Referências

### **UNIDADE 4 - Pensar o Rural estrategicamente**

Objetivos de aprendizagem

O que vamos aprender aqui?

Tópicos de estudo

4.1 Desenvolvimento regional

4.2 Indicação geográfica

4.3 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Em resumo

Referências

# UNIDADE 1

## CONCEITOS GERAIS PARA COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

### Objetivo(s) de aprendizagem

Ao fim desta unidade, você deve ser capaz de compreender a evolução teórica e prática do conceito de desenvolvimento e de territorialização, buscando identificar o rural enquanto território local no contexto da globalização.

### O que vamos aprender aqui?

Existem assuntos que são abordados constantemente no nosso cotidiano sem nos darmos conta de onde vêm os significados das palavras, de onde vêm os conceitos, nem por que isso é assim.

Por isso, geralmente, quando se inicia uma disciplina, o primeiro passo é tratar de nivelar os conceitos que temos sobre o tema geral do estudo. Mas de onde vem os conceitos gerais de uma disciplina? Eles são baseados em paradigmas.

E o que são paradigmas? São ideias aceitas por uma comunidade científica durante um determinado tempo e consideradas modelos a serem seguidos.

Então, os conceitos podem mudar? Sim, eles são modificados, evoluem e acompanham as transformações que ocorrem na sociedade.

Portanto, nessa unidade, vamos entender qual o conceito de desenvolvimento rural na sociedade moderna e como esse conceito evoluiu, chegando à ideia de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Vamos ainda relacioná-lo com o contexto da globalização.

## Tópicos de estudo

Nesta primeira seção, iniciaremos com uma introdução sobre os conceitos e na sequência o conteúdo será dividido em dois tópicos: desenvolvimento territorial sustentável; e o local e o global.

Iniciamos a introdução buscando compreender como o espaço rural tem sido visto como sinônimo do “atrasado”, na visão da modernidade. Os autores clássicos da ciência social moderna construíram suas teorias com base no paradigma da modernidade industrial e urbano em contraponto com o agrícola e rural pré-moderno.

A modernidade tem mostrado suas contradições e os paradigmas têm evoluído.

A visão economicista de crescimento deu espaço para um conceito mais amplo de desenvolvimento. O conceito sobre o meio rural como sinônimo de pré-moderno foi superado e passou a considerá-lo como um território importante nas redes de conexões globais. Enfim, foi incluído o paradigma da sustentabilidade como um tema transversal e um desafio de pensar o futuro do desenvolvimento, não mais contrapondo o rural e o urbano, mas integrando-os, econômica, política, social, cultural e ambientalmente.

Daí o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), que sintetiza os conceitos mais abrangentes sobre o tema de desenvolvimento rural. Finalmente, o processo de globalização trouxe grandes e rápidas transformações para os lugares e para as pessoas que vivem no tempo presente e torna-se fundamental relacionar o local e o global.

### 1.1 Conceitos e paradigmas

Os paradigmas são padrões aceitos por uma comunidade científica por determinado tempo e estabelecem um modelo ou padrão científico de métodos e valores a serem seguidos (KUHN, 1978). Portanto, são verdades que duram por um tempo até serem contestadas por novos paradigmas aceitos nos meios científico e social.

Assim, ao longo dos últimos séculos, o que tem sido aceito científica e socialmente são os paradigmas da modernidade, sob distintos pontos de vista que se traduzem em diferentes teorias sociais clássicas da modernidade.

Três grandes teóricos são considerados fundamentais para entender a teoria social moderna: Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920).

## 1.2 Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)

Um dos paradigmas mais abrangentes e adequados para se entender a complexidade do rural no atual contexto de globalização é o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Vamos entender cada um desses termos e depois relacionar o rural dentro deste contexto multidisciplinar.

**a) Desenvolvimento:** há um debate aberto nas ciências econômicas sobre os conceitos de “crescimento econômico”, “desenvolvimento econômico” e “desenvolvimento”.

O economista e professor Luiz Carlos Bresser-Pereira (2008) explica as principais diferenças desses conceitos:

- o crescimento de um país ou território se mede pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma dos bens e serviços produzidos num determinado período, comparados com o período anterior;
- o desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população;
- assim, o desenvolvimento deve ser acompanhado por outros objetivos: desenvolvimento social ou uma distribuição de renda menos desigual e, portanto, mais justa do produto social; desenvolvimento político ou mais liberdade política, por mais democracia; e desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural.

## Saiba

**Leia o texto completo desse tema em BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crescimento e desenvolvimento econômico*. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, jun. 2008.**

**Acesse:**

**<<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>**

Portanto, fica evidente que o termo desenvolvimento tem um significado mais amplo que crescimento econômico ou desenvolvimento econômico, pois engloba as dimensões: social, política, cultural e ambiental, de forma integrada e avaliada por indicadores de qualidade de vida da população.

**b) Território:** se o conceito de desenvolvimento inicia por um debate oriundo da economia, o de território tem origem na antropologia e na geografia.

Na visão antropológica, os territórios são delimitados com base na linguagem comum e no compartilhamento de significados, o que torna possível a convivência em comunidade, que dá origem ao conceito teoricamente conhecido como “comunidades imaginadas”, com caráter diferente das nações modernas (ANDERSON, 2008).

A geografia busca a origem da definição de território no latim *territorium*, relacionado com terra e nos tratados de *agrimensura* que significa “pedaço de terra apropriada”. Haesbaert (2004) faz uma síntese das diferentes dimensões do conceito de território:

- 1) jurídico-político - definido por delimitações e controle de poder de caráter estatal;
- 2) cultural - visto como produto do imaginário ou da identidade social sobre o espaço;
- 3) econômico - produto do confronto entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Milton Santos (2006) apresenta as múltiplas dimensões dos conceitos de espaço e de território nos diferentes contextos até a fase atual da globalização, em que é central a ideia de “rede”, ligada tanto à infraestrutura material de transportes, energias e informações, quanto às redes sociopolíticas de pessoas, mensagens e valores que superam as divisões físicas e se constituem como espaços de conectividade, transmissores do processo de globalização.

Essa ideia de território global que abrange a sociedade inteira está atrelado ao conceito de tempo, que se torna cada vez mais rápido, porém não é homogêneo, ou seja, não tem a mesma velocidade e intensidade em todos os lugares; portanto, não se pode tratar de um território global, pois o tempo e o espaço são diferentes para cada local. Enfim, isso significa que o conceito de território somente se realiza no espaço local, em conexão com o global.

## Pesquise !



**Busque aprofundar essa conceituação da relação entre o global e o local num dos estudos clássico sobre o tema: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006. Esse livro pode ser acessado em PDF e a parte que se refere especificamente ao tema está no subtítulo “Limites da racionalidade no campo e na cidade”.**

**Acesse:**

**<<https://pdfs.semanticscholar.org/3d98/935226acd0d27240721d620eedb977150a93.pdf>>**

Assim, o conceito de território, no contexto atual, deve ser compreendido e analisado a partir da conexão entre as múltiplas dimensões do espaço local com o global, o que significa que não há um território homogêneo, nem mesmo um modelo de território rural que sirva de padrão para se estudar o desenvolvimento rural, mas é preciso compreender as especificidades de cada local e como elas interagem nas redes de conexões mais amplas.

**c) Sustentável:** o conceito foi ganhando importância no mesmo contexto dos anteriores, ou seja, no período de “crescimento econômico” em “escala mundial”, após a II Guerra Mundial, proporcionado pela expansão de novas tecnologias, a ampliação do setor de serviços e o estilo de vida baseado no consumo tiveram como consequência um ritmo de agressão e destruição ambiental sem precedentes.

Preocupados com as consequências desse modelo de crescimento, em 1968, foi criado o chamado “Clube de Roma”, composto por cientistas, industriais e políticos com o objetivo de analisar os limites do crescimento econômico, levando em conta o uso crescente dos recursos naturais e disso resultou um relatório conhecido como “Os limites do crescimento”, que foi a base para a 1ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972).

Depois disso, surgiram diversos fóruns de discussão do tema e a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1992, conhecida como Rio 92 ou ECO 92. A última dessas conferências, até o momento, se encerrou em novembro de 2015 em Paris, aprovando o documento chamado Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030.

## Saiba

**Sobre a Conferência da ONU sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030, que ocorreu em novembro de 2015 em Paris, acesse:**

**<<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>**

**Esta Agenda consiste em um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Busca a erradicação da pobreza, fortalecimento da paz universal com mais liberdade.**

Figura 1 - Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: Nações Unidas no Brasil (2016).

Mas as consequências negativas desse estilo de vida não se dão apenas na dimensão ambiental, ocorrem também do ponto de vista social, pois a globalização não é homogênea, pelo contrário, ela aprofunda ainda mais as diferenças entre países ricos e pobres e camadas da população rica e pobre dentro de cada país; por isso, as desigualdades aumentaram ao longo desse período.

Com base nesses princípios, resultou a proposta de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), que propõe um desenvolvimento equilibrado e inclusivo socialmente; preventivo do ponto de vista dos recursos naturais não renováveis; baseado numa visão holística e pluridisciplinar (contrapondo o viés tecnicista de gerações anteriores); um princípio participativo (em que todos os atores sociais estejam envolvidos nos processos de decisão e sejam respeitadas as diferenças culturais); os projetos devem ser endógenos (partir das potencialidades locais), integradores das diversidades, cooperativo (solidário), articulado local e regionalmente e com autonomia em relação a outras esferas e interesses externos; e principalmente, que sejam projetos duráveis, de longo prazo, em que todos os sujeitos se comprometem com o processo (SACHS, 2002).

Assim, espera-se ter apresentado o arcabouço teórico baseado num dos paradigmas de desenvolvimento que dialoga com as principais correntes que debatem esse tema na atualidade.

## Destaque



**Portanto, pensar o Desenvolvimento Rural significa projetar algum espaço local específico, com as características de território rural, observando esse conjunto de dimensões de forma articulada, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida para os sujeitos desse processo.**

### 1.3 O Rural e o global

A globalização não inicia nos anos 1990, mas é um processo de longa duração que vem se consolidando com avanços importantes no século XVI através das grandes navegações, com a Revolução Industrial e a expansão do sistema capitalista, e foi impulsionada depois da crise de 1929 e do final da II Guerra Mundial (1945).

Recentemente, com o avanço das novas tecnologias da informação, esse processo foi se consolidando e no final do século XX passou a ser chamado de globalização, tomando como referência o fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim em 1989.

O processo de globalização trouxe grandes e rápidas transformações para os lugares e para as pessoas que vivem no tempo presente. Tais mudanças podem ser analisadas sob diferentes pontos de vista: otimista, crítico ou propositivo.

Do ponto de vista otimista, pode-se citar Vogl e Sinclair (1996, p. 9), que abrem o prefácio da sua obra:

Uma nova era de crescimento econômico está se desenvolvendo na maioria dos países e tende a se intensificar à medida que nos aproximamos do século XXI. Uma revolução industrial está acontecendo nos países de mercados emergentes. Centenas de milhões - talvez bilhões - de pessoas se beneficiarão e deixarão a pobreza para construir novas classes médias. O suprimento de suas demandas de consumo e a construção da infraestrutura para esse cenário econômico - em particular na Ásia e simultaneamente na América Latina, África e Europa Oriental - representam uma extraordinária oportunidade de negócios.

Assim, os autores analisam as potencialidades de crescimento dos países considerados emergentes em diferentes áreas: social, infraestrutura, políticas públicas e principalmente mercado de consumo. Os recursos para financiar esse “boom” dos países em desenvolvimento viriam de investimentos de capital multinacional, das privatizações, de transferências das pessoas que vivem no exterior, de ajuda externa e de poupanças internas. Tudo isso representaria uma grande oportunidade de negócios, sobre os quais Vogl e Sinclair (1996) apresentam exemplos de casos bem sucedidos e propostas de como se deve agir para se obter sucesso. Dentre as recomendações dos autores (1996, p. 128), está: “Além de pensar globalmente, as empresas devem também ajustar de forma intensa as abordagens para as necessidades locais”.

Sassen (2010) analisa criticamente o processo de globalização que, por um lado, enfraquece o poder estatal incapaz de controlar a atuação das multinacionais, especialmente ligadas ao setor financeiro e ao uso das tecnologias da informação, mas, por outro lado, constituem cidades globais: “As grandes cidades ao redor do mundo são o terreno onde uma multiplicidade de processos de globalização assume

formas concretas e localizadas” (SASSEN, 2010, p. 106).

Nesses novos centros de poder se constituem novas classes privilegiadas, alguns setores emergentes, mas especialmente “concentram uma quantidade desproporcional de indivíduos em desvantagem social”. Esses indivíduos são trabalhadores explorados por baixos salários, pelo trabalho informal, mas também são imigrantes (grande parte ilegal) que mudam de países e cidades para sobreviver ou fugir de conflitos bélicos e acabam sendo vítimas dessa desigualdade extrema (SASSEN, 2010).

Mas a migração não ocorre apenas por iniciativa individual, há também a imigração ilegal, que ocorre através de redes internacionais de tráficos de pessoas, tanto para doação de órgãos, trabalho escravo, mas especialmente para a prostituição. No entanto, alguns países aprovaram leis de incentivo à imigração e assinaram acordos internacionais para legalizar esse comércio de pessoas:

- os Estados Unidos, confrontados com a falta aguda de enfermeiros, uma profissão que exige anos de formação, mas proporciona salários bastante baixos e pouco reconhecimento, aprovaram o Immigration Nursig Relief Act em 1989 e 80% dos enfermeiros trazidos sob essa lei vieram das Filipinas;

- o governo das Filipinas também aprovou uma lei que permitiam a agências de casamento por correspondência recrutar jovens filipinas para casar com homens estrangeiros por meio de um acordo contratual. As comunidades agrícolas do Japão constituíam um dos principais destinos para as noivas filipinas, devido à enorme carência de pessoas, e especialmente de mulheres jovens no interior japonês, quando a economia estava crescendo, a demanda por mão de obra nas grandes áreas metropolitanas era extremamente alta.

Enfim, a mesma autora (2010) aponta benefícios em relação ao alcance e à velocidade das informações que permitem às organizações da sociedade civil tanto denunciarem crimes contra o meio ambiente e contra os direitos humanos, como também articularem redes de trocas solidárias, intercâmbios culturais e outras iniciativas de “microambiente localizado inserido em operações globais em rede”.

Um terceiro ponto de vista sobre o processo de globalização deve considerar a análise de Josef Stiglitz, vice-presidente Senior do Banco Mundial entre 1997 e 2000 e Prêmio Nobel de Economia (2001). Stiglitz (2006) afirma que no princípio da década de 1990, a globalização foi recebida com euforia, pois traria a todos uma prosperidade sem precedentes, porém, em 2001, um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em Genebra em 1919, mostrou que o desemprego aumentou entre 1990 e 2002 e alcançou 185,9 milhões de pessoas. Além disso, 59% da população mundial viviam em países com desigualdade crescente e apenas 5% em países com desigualdade em retrocesso.

Em relação à agricultura, Stiglitz (2006) analisa:

- redução de preços agrícolas globais, em consequência das volumosas subvenções dos Estados Unidos e União Europeia, fazem com que os preços da agricultura local também caiam, de modo que inclusive os agricultores que não exportam (que só vendem sua produção no mercado interno) sejam prejudicados;

- o argumento para manter as subvenções nos Estados Unidos é que são essenciais para sustentar os pequenos produtores agrícolas familiares e o modo de vida tradicional. Porém, 87% do dinheiro vão para 20% dos agricultores mais ricos e os verdadeiros produtores agrícolas familiares recebem apenas 13% do total;

- considerando que a imensa maioria das pessoas vive em países em vias de desenvolvimento e dependem direta ou indiretamente da agricultura para seu sustento, a eliminação das subvenções e a abertura dos mercados agrícolas, ao elevar os preços, iriam beneficiá-los. No entanto, não beneficiaria todos os países em desenvolvimento. Aqueles que importam produtos agrícolas seriam prejudicados pela alta de preços. A maneira de resolver esse problema transitório seria os países desenvolvidos ajudarem os países em desenvolvimento a superar o período de ajuste, com uma pequena parte dos gastos que hoje subvencionam sua agricultura.

**Figura 2 - Efeitos da globalização**



Fonte: Portal Consciência Política (2016)

Poderíamos continuar aprofundando essa literatura sobre a globalização, mas com esses exemplos, procurou-se demonstrar que havia uma euforia otimista em relação a esse processo desde a década de 1990, porém, foi se demonstrando que o avanço da globalização não superou os problemas crônicos da humanidade; em alguns aspectos, inclusive os agravou. No entanto, o mundo se transformou rapidamente e

no momento atual é necessário levar sempre em consideração aquilo que acontece em nível mundial para tomar as decisões locais.

Por mais distantes das “cidades globais”, mesmo que se trate de um território rural longínquo, a globalização está presente e influencia positiva ou negativamente.

## **Resumo**

Estudamos, nessa unidade, que os paradigmas da modernidade baseados na indústria e no urbano geraram um forte crescimento econômico permeado por contradições: aumento das desigualdades, crise ambiental e crise dos próprios paradigmas científicos e culturais da modernidade.

Nisso, vimos que o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável busca responder às contradições da modernidade e ao mesmo tempo tentar equacionar os desafios futuros, com base numa visão equilibrada do conjunto das dimensões que compõem o desenvolvimento, especialmente o econômico, político, social e ambiental.

Estudamos ainda que o próprio processo de globalização é resultante desse crescimento desigual e insustentável, mas ao mesmo tempo desencadeou a necessidade de se considerar as redes locais como fundamentais para a efetivação da integração mundial. Assim, o local e o rural passam a ser ressignificados e revalorizados.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

PORTAL CONSCIÊNCIA POLÍTICA. Globalização. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/economia-politica/globaliza%C3%A7%C3%A3o/>> Acesso em: 30 mar. 2017.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. **Como hacer que funcione la globalización**. Madrid: Taurus, 2006.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp: Hucitec, 1991.

VOGL, Frank; SINCLAIR, James. **Boom: como prosperar na competitiva economia global do século XXI**. São Paulo: Ed. Futura, 1996.

# UNIDADE 2

## AGRICULTURA BRASILEIRA: MODELOS ECONÔMICOS E ORGANIZATIVOS

### Objetivo(s) de aprendizagem

Ao final dessa unidade, esperamos que você seja capaz de identificar as diferentes estruturas e modelos de produção e de organização agrícolas no processo histórico brasileiro, compreendendo especialmente as assimetrias entre latifúndio e minifúndio e formas alternativas para enfrentar as exclusões.

### O que vamos aprender aqui?

Na unidade 1, verificou-se que o paradigma da modernidade e as teorias sociais clássicas consideram a economia rural como periférica, como um sistema social simplificado. Isso está distante de acontecer na história do Brasil, pois além de ocupar um papel central no desenvolvimento histórico e no contexto atual brasileiro, o rural é um tema complexo e multifacetado.

Uma primeira questão poderia ser colocada aqui: sob quais pontos de vista pode-se abordar a agricultura brasileira?

Ela pode ser abordada do ponto de vista das desigualdades estruturais, da importância da agricultura para o PIB brasileiro ou do ponto de vista das relações sociais e culturais.

Portanto, quais os diferentes modelos que configuram a realidade da agricultura brasileira atualmente? Pode-se citar três modelos bem distintos e talvez os mais conhecidos e debatidos na atualidade: o agronegócio, a agroindústria e a agricultura familiar.

Até que ponto esses modelos se complementam ou competem entre si? Sobre isso vamos refletir um pouco nesta unidade, compreendendo a importância da agricultura para a história do Brasil e as diferenças entre esses modelos agrícolas.

## Tópicos de estudo

Esta segunda seção inicia fazendo uma ligação com a unidade anterior e reflete sobre possíveis olhares distintos em relação à agricultura brasileira, sendo em seguida dividida em três tópicos que representam os modelos agrícolas mais conhecidos atualmente no Brasil: agronegócio; o sistema de integração produtor-agroindústria; e novas formas de organização da agricultura familiar.

O paradigma moderno que considera o espaço rural como sinônimo do atrasado está distante de ser realidade no Brasil. A agricultura brasileira é complexa e teve importância econômica, política, social e cultural para a formação da realidade brasileira atual.

O agronegócio é o modelo dominante que herdou os privilégios de uma distribuição fundiária desigual desde a ocupação portuguesa no Brasil.

Diante das dificuldades de algumas regiões distantes e constituídas basicamente de pequenos agricultores, foram se constituindo as agroindústrias que se fortaleceram através dos chamados sistemas de integração vertical. Com isso, passaram a controlar o processo produtivo e acumular capacidade de competitividade no mercado nacional e internacional.

Para enfrentar a crise econômica das décadas de 1980/90, as agroindústrias foram selecionando agricultores com maior capacidade de produção em escala e excluindo os menos favorecidos, que passaram a se organizar através de associações, cooperativas descentralizadas e formas de articulação da agricultura familiar, que ganhou respaldo político nos últimos anos e responde por uma parte significativa do mercado de interno de alimentos.

## **Destaque**



**A agricultura ocupa um papel central no desenvolvimento brasileiro e é um tema complexo e multifacetado.**

Apenas para se ter uma ideia panorâmica dos múltiplos pontos de vista que podem ser aprofundados, tendo o rural como uma dimensão-chave na história Brasil, pode-se citar alguns exemplos, citados a seguir.

- A concentração e desigualdade na posse da terra (estrutura fundiária) do Brasil têm origem com a colonização portuguesa (século XVI) quando o litoral foi dividido

em “sesmarias” (grandes áreas de terra) distribuídas para os “donatários”. Depois, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras, que promoveu o processo de colonização e registro das propriedades agrícolas e o Código Civil de 1916 regulamentou o “arrendamento”, a locação de serviços e as “parcerias” agropecuárias. Esse processo político definiu o tamanho médio das propriedades e a desigualdade na estrutura fundiária atual, em que os 50% menores produtores rurais detêm apenas 3,5% da área agrícola, enquanto que os 5% maiores produtores têm 68,9% da terra. Essa desigualdade tem diferenças regionais. Vejamos.

**Tabela 1 - Estrutura fundiária brasileira**

<b>Região</b>	<b>Tamanho médio das propriedades (ha)</b>	<b>Proporção área dos 50% menores (ha)</b>	<b>Proporção de área dos 5% maiores (ha)</b>
<b>Norte</b>	131,6	3,6	65,6
<b>Nordeste</b>	33,9	2,1	67,6
<b>Centro Oeste</b>	448	2,8	62,4
<b>Sudeste</b>	76,2	4,9	53,2
<b>Sul</b>	44,3	7,5	56,8

Fonte: Dados do Censo Agropecuário (1995/96 apud BACHA, 2004, p. 205).

Nota 1: a maior concentração e desigualdade de terras estavam na região nordeste e o estado do Maranhão era o mais desigual do Brasil, onde os 50% menores detinham 1% da área e os 5% maiores 73,5%; a região sul tinha a menor concentração, com destaque para o estado de Santa Catarina em que os 50% menores tinham 10,6% das áreas e os 5% maiores 49,1%.

Nota 2: No Brasil, são considerados pequenos proprietários aqueles que detêm até 50 hectares (ha); médios proprietários de 50 a 500 ha; e grandes proprietários acima de 500 ha.

- Do ponto de vista dos ciclos econômicos, nos quais sempre havia algum tipo de monocultura que o Brasil se destacava no mercado colonial, os mais importantes foram: a exploração da madeira para indústria têxtil (pau-brasil); depois, com as Sesmarias e o trabalho escravo se desenvolveu a cana-de-açúcar (nordeste); no início do século XVIII ocorreu o ciclo da mineração (ouro); e, por fim, com a crise do ouro e da cana-de-açúcar, a partir de meados de 1860, começa a transferência da mão de obra escrava em grande escala para a região sudeste e inicia o ciclo do café, que dominou a economia brasileira até a crise mundial de 1929 e posteriormente serviu de base para financiar o desenvolvimento da indústria e fornecimento de força de trabalho para o Brasil urbano.

Figura 3 - Ciclo do café, o ouro negro (1880-1930)



Fonte: Wikimedia

Tabela 2 - Evolução do PIB brasileiro por setor da economia

<b>Ano</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
<b>1947</b>	20,7%	25,2%	54,1%
<b>1967</b>	13,7%	32%	54,3%
<b>1987</b>	9,3%	41%	49,7%
<b>2007</b>	4,7%	27,7%	67,6%
<b>2013</b>	5,3%	24,9%	69,8%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil e IBGE (apud BACHA, 2004, p. 19), complementado por dados do IBGE (2013).

Nota: para manter o mesmo critério do autor citado o setor de administração pública está somada ao setor de serviços no PIB.

- As relações sociais de trabalho no meio rural deixaram marcas profundas na cultura brasileira, conforme sintetiza Bacha (2004):

O binômio latifúndio-escravidão foi uma das características da produção agropecuária brasileira até a promulgação da Lei Áurea em 13-5-1888, tanto no engenho de açucareiro da época colonial (Prado Junior, 1982 - p. 37) quanto na fazenda cafeicultora-escravocrata no Vale do Paraíba e paulista do período imperial (Furtado, 1989 - p.139)... Da libertação dos escravos até 1964, quando foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), vigoravam formas não completas de trabalho assalariado como o colonato, a parceria e o agregado (BACHA, 2004, p. 188).

Portanto, foi somente depois do ETR (1964) que os benefícios da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em vigor para os assalariados urbanos desde 1934, passaram a valer também para o trabalhador rural.

Mas, hoje, quando se fala em agricultura brasileira, de qual realidade estamos nos referindo?

São vários os modelos agrícolas no Brasil: existe o tradicional latifúndio agrícola baseado na monocultura para a venda e produção complementar de subsistência; o agronegócio, que incorporou as modernas técnicas de produção e gestão empresarial integradas no mercado mundial e presentes nas bolsas de valores através dos commodities; a pequena propriedade agrícola, integrada pelos grandes conglomerados da agroindústria, voltada para as exportações; ou ainda a agricultura familiar organizada em associações, os assentamentos da reforma agrária ou os agroecologistas, que se ocupam basicamente da produção para abastecer o mercado interno de alimentos.

## 2.1 Agronegócio

“Denomina-se de agribusiness ou complexo agroindustrial (CAI) ou sistema agroindustrial o conjunto de atividades pela agropecuária e setores a ela vinculados” (BACHA, 2004, p. 22). Portanto, a cadeia produtiva desse complexo é formada por quatro segmentos:

- empresas a montante: fornecedores de insumos;
- empresas de produção agropecuária;
- empresas de processamento ou industrialização dos produtos agropecuários;
- empresas distribuidoras.

Após a crise do café, iniciou-se o processo de diversificação da produção agrícola e pecuária (agropecuária) no Brasil. Os principais fatores que contribuíram para esse desenvolvimento foram: a estrutura fundiária concentrada em grandes propriedades;

os recursos naturais favoráveis; e as políticas agrícolas de abastecimento, de crédito e de assistência técnica.

Em janeiro de 1963, o governo brasileiro criou a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) para mediar a produção e distribuição de alimentos. Logo em outubro do mesmo ano criou também a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) para o armazenamento e controle do estoque regulador de alimentos. Em relação à assistência técnica, somente dez anos depois foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que se reproduzia com a criação das autarquias de pesquisa e assistência técnica no âmbito dos estados.

Desde 1937, o Banco do Brasil operava a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), que funcionou como crédito comum, não havendo uma dotação orçamentária específica, até 1964, quando foi criado o Crédito Rural, que previa o depósito compulsório de 10% dos depósitos em bancos privados para uma conta especial do Banco do Brasil, criando um fundo e um sistema especial de financiamento para a agricultura. Em 1968, foi adotado o crédito rural orientado, supervisionado com assistência técnica para a elaboração de projetos voltados para um processo de modernização da agricultura brasileira.

A base do modelo dessa modernização ficou conhecida como “revolução verde” e foi responsável por trazer as novas tecnologias agrícolas, mas também os produtos desenvolvidos pelas multinacionais que controlam o segmento I, de insumos agrícolas no mundo. Essa modernização também foi criticada como conservadora, porque privilegiou as culturas de exportação (algodão, café, cana e soja) em detrimento das culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca e batata), assim como privilegiou os grandes produtores, especialmente das regiões sul e sudeste (ARGAGE, 2012).

No final da década de 1950, o agronegócio já respondia por 52,76% do PIB, diminuiu para 30,1% em 1995 e em 2002 representava 29% do PIB e 23% em 2014. No final do século passado, o setor empregava 24% da população economicamente ativa (PEA).

**Saiba** 

**Sobre a importância do setor agropecuário na balança comercial brasileira, acesse:**

**<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/exportacoes-do-agronegocio-caem-em-2015-e-ficam-em-us-882-bilhoes>>**

Atualmente, o agronegócio brasileiro é um dos setores mais dinâmicos da economia, utiliza tecnologias avançadas, técnicas de controle e gestão, tem grande potencial de competitividade, integrado no sistema financeiro mundial (Bolsa de Valores de Mercados Futuros - BM&F) e com poder político para influenciar nas decisões de governos, enfim, representa um dos pilares mais fortes da economia do Brasil.

## **2.2 Sistema de integração produtor-agroindústria**

No contexto de modernização agropecuária brasileira, a região oeste de Santa Catarina apresentava uma situação peculiar, de colonização tardiamente (1920), quando pequenos agricultores familiares começaram a desenvolver atividades agropecuárias, em especial a produção de trigo, milho e de suínos. Por se tratar de uma região isolada dos grandes centros comerciais da época, a produção circulava no comércio local de pequeno e médio porte.

O comerciante passou a ser o centro dos negócios nas vilas ou pequenos núcleos coloniais. É nesses pontos que o colono repassava seu excedente como: feijão, fumo, banha até mesmo o suíno vivo e, em troca se abastecia de sal, querosene, tecidos, ferramentas e medicamento. Raras vezes o colono recebia dinheiro em troca dos seus produtos, preferindo deixar em conta junto ao comerciante. (BAVARESCO, 2003 apud CORAZZA, 2013, p. 14).

Até a década de 1930 predominava o comércio de suínos vivos do oeste catarinense para São Paulo, no entanto, a decadência dessa demanda ocasionou a necessidade de processamento da matéria-prima na própria região, surgindo assim os primeiros abatedouros de suínos. Na década de 1940, o capital comercial acumulado em nível local se transformou em capital industrial e foram fundados os frigoríficos de suínos na região oeste catarinense: Perdigão (1940); Sadia (1944); Chapecó (1952); e Seara (1956).

As agroindústrias começaram a “integrar” esse sistema produtivo com base em contratos nos quais as empresas se comprometiam com o fornecimento de insumos, medicamentos e assistência técnica e com a compra da produção; aos agricultores, cabia a obrigação de adesão às orientações técnicas e fazer o pagamento dos insumos e medicamentos quando da entrega dos suínos às empresas.

No contexto de diversificação do agronegócio e expansão das políticas agrícolas das décadas de 1960/70, embora Santa Catarina tenha uma estrutura fundiária menos concentrada que outros estados brasileiros, os setores beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e assistência técnica foram as grandes empresas (GOULART, 2007).

A partir de então, a produção de suínos era organizada na forma de “ciclo completo” (o agricultor comprava medicamentos e insumos e vendia suínos para o abate, produzindo milho e outros insumos na propriedade para diminuir custos e aumentar a margem de ganho do produto), passou por um processo de “verticalização da integração” em que as empresas exigiam uma expansão da quantidade produzida, incremento na produtividade e incorporação de novas técnicas, raças de suínos e estruturas em termos de instalações e equipamentos e passaram a selecionar unidades agropecuárias para a produção tanto de aves como de suínos (CORAZZA, 2013).

Esse modelo, conhecido como integração vertical, não ocorreu apenas no setor de carnes de suínos e aves, mas também em outras culturas agrícolas, como por exemplo, o fumo, o leite, a carne bovina e assim por diante.

Paulilo (1990) fez um importante estudo para compreender o processo de integração vertical da agroindústria de suínos e fumo na década de 1980, no sul de Santa Catarina, demonstrando que essa integração tem dois lados desiguais, em que as empresas controlam o processo produtivo e os valores tanto dos insumos quanto do produto final, enquanto os produtores ficam com os riscos da produção e do endividamento.

Com o aumento da produção, as empresas foram se expandindo para outras regiões do estado e do país comprando pequenos e médios frigoríficos. As empresas líderes, Sadia e Perdigão, efetuaram reorganizações societárias e procuraram se instalar junto aos grandes mercados consumidores do País, assim como fortaleceram sua inserção internacional com o surgimento da Brasil Foods, pela fusão entre Sadia e Perdigão. Atualmente, quatro grandes empresas dominam o setor da industrialização de suínos e aves: Bunge, Brasil Foods, Aurora e Marfrig (que incorporou a Cargill e a Seara).

### **2.3 Novas formas de organização da agricultura familiar**

Com a crise da dívida externa nos anos de 1980, foi suspensa grande parte das políticas de crédito rural e enfraquecidas as políticas de abastecimento e assistência técnica, passando por reformulações nos anos 1990 e voltaram a ter novos investimentos apenas na década seguinte.

Esse foi um período de rearranjos produtivos em todo o sistema agropecuário brasileiro, como verificado anteriormente, no âmbito das empresas privadas (agroindústrias). Por exemplo, ocorreu uma seleção dos produtores com base no critério de produtividade, conseqüentemente, houve a exclusão de muitos “integrados”.

Parte desses agricultores abandonou o campo, passando a engrossar as estatísticas do êxodo rural e outros começaram a se organizar a partir de experiências

alternativas, muitos deles inspirados pela ideia de valorização do capital social ou pelas potencialidades endógenas e motivados pelas experiências de economia solidária e da Terceira Itália.

Esta leitura da dinâmica econômica global e os estudos sobre a experiência da “Terceira Itália” no final dos anos 1970, analisando a peculiaridade do desenvolvimento baseado na presença e articulação das inúmeras pequenas e médias empresas (PME), e o estudo de Putnam (1996) sobre a importância do capital social e das instituições para o desenvolvimento, impulsionam estudos e práticas voltadas ao desenvolvimento local, regional e territorial. De certo modo, as referências atuais à associação entre desenvolvimento e território são todas influenciadas pelos estudos da reestruturação industrial da terceira Itália que contribuem de forma definitiva para as estratégias em curso no Brasil sobre desenvolvimento local e territorial (OLIVEIRA; ARNS; VALENÇA, 2012, p. 15).

Esses agricultores tinham o apoio de organizações da sociedade civil: ONGs, sindicatos, associações, setores ligados a igrejas e algumas prefeituras locais, passando assim a organizar a produção diversificada voltada para o mercado local, tanto in natura como processamentos simples de embutidos, massas, queijos, doces e outros, valorizando os aspectos culturais locais e organizando feiras livres de venda direta aos consumidores nas próprias cidades.

O processo organizativo levou à formação de associações, cooperativas descentralizadas de produção, comercialização e de crédito (sistema Cresol) e elaboração de projetos para captar recursos públicos e de organizações internacionais de fomento ao desenvolvimento local sustentável (ESTAVAM; MIOR, 2014).

No ano 2000, o governo federal criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para atender as demandas da reforma agrária (que incorporou a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criado em 1970), da agricultura familiar e Amazônia legal, diferenciando-se do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que continuou suas políticas voltadas para o agronegócio.

Pouco antes da criação do MDA, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para proporcionar crédito diferenciado aos agricultores familiares e financiar projetos de desenvolvimento local sustentáveis. Depois da criação do MDA, vários programas foram reformulados e muitos novos foram criados com base nessa concepção de sustentabilidade socioeconômica e ambiental, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, que é uma espécie de BM&F para pequenos produtores. O programa consiste em contratar da produção (pode ser feita sem licitação), em que cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

**Sobre o programa PAA, acesse:**

**<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>**

Com base nessa combinação entre organização social e apoio de políticas públicas federais complementadas por alguns estados e municípios, um dos entraves que ainda persistia era a legislação relativa à inspeção dos produtos industrializados nas pequenas agroindústrias familiares que deveria obedecer aos mesmos critérios das grandes agroindústrias, o que impedia a comercialização desses produtos para além dos mercados locais.

Portanto, outra iniciativa que merece destaque foi a criação (2006) do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), assegurando que os estados e municípios adotem a “equivalência de serviços de inspeção” e fiscalizações dos produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos, de maneira uniforme, harmônica e equivalente, permitindo assim a circulação desses produtos no mercado nacional. A partir de 2004, buscou-se implementar uma estratégia que articulasse o conjunto de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil, baseada nas diretrizes do DTS (apresentado na unidade 1), através do Programa Territórios da Cidadania cujo objetivo estava focado na superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural.

Em 2008, haviam sido mapeados 164 territórios com maior vulnerabilidade, constituindo-se Colegiados Territoriais, através de regimento interno aprovado em plenárias que contaram com um total de mais de doze mil entidades participantes em todo o Brasil. Nesses colegiados, já passam de quatrocentos o número de câmaras temáticas e comitês setoriais constituídos e em funcionamento (OLIVEIRA; ARNS; VALENÇA, 2012).

**Tabela 3 - Dados básicos dos territórios rurais de cidadania (2011)**

	<b>Total Brasil</b>	<b>Abrangência Territórios da Cidadania</b>	<b>%</b>
Municípios	5.564	2.500	45
Área (km <sup>2</sup> )	8.626.768	5.046.045	58
População (mil hab)	183.989	52.560	29
População rural (mil hab)	28.425	15.923	56
Agricultores Familiares	4.363.034	2.550.151	59
Famílias Assentadas da Reforma Agrária	880.655	645.288	73
Pescadores	789.477	458.067	57
Quilombolas	1.510	1.077	71
Terras indígenas	670	377	56

Fonte: Sistema de Informações Territoriais - SIT/SDT  
(apud OLIVEIRA; ARNS; VALENÇA, 2012).

Enfim, a agricultura familiar passou a ter uma identidade e se fortaleceu como um modelo de produção e organização dentro do contexto da agricultura brasileira, com entidades sociais e políticas públicas específicas.

As diretrizes gerais da Política Nacional da Agricultura Familiar foram publicadas em 2006, quando os dados do Censo Agropecuário revelaram que 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares (aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos) que são a base econômica de 90% dos pequenos municípios brasileiros (com até 20 mil habitantes) e respondem por 35% do PIB e 40% da população economicamente ativa.

Finalizamos a unidade destacando que a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país, ainda conforme dados do Censo Agropecuário 2006. Isso faz com que a agricultura familiar tenha importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

## Em resumo

Estudamos nessa unidade que a agricultura ocupa um papel central no desenvolvimento brasileiro, pois influencia tanto a dimensão econômica quanto aspectos de estrutura e distribuição fundiária, até os valores sociais e culturais.

Vimos que a estrutura fundiária brasileira é bastante desigual e se reflete nos modelos de organização do setor agrícola, que de um lado tem o agronegócio (latifúndios competitivos e integrados no mercado financeiro internacional), passando pelos grandes complexos agroindústrias (que iniciaram com a integração vertical de pequenos agricultores, porém, atualmente dominam o mercado interno e são grandes competidores internacionais de carnes), até o modelo de agricultura familiar (responsável por grande parte da diversidade do mercado interno de alimentos).

Você aprendeu que esses diferentes modelos, ao mesmo tempo em que competem política e economicamente por recursos e por políticas públicas na economia brasileira, têm um papel de complementariedade.

## Referências

ARGAGE, A. P. **Fundamentos de economia rural**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

CORAZZA, G. **Traços da formação socioeconômica do oeste catarinense**. In: Encontro de Economia Catarinense, VII, 2013, Florianópolis. Anais do VII Encontro de Economia Catarinense: Crescimento e Desindustrialização. 9 e 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1122/5/Silvania%20Terezinha%20Moll.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2017.

ESTAVAM, D. O; MIOR, L. C. **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar?** 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

**OLIVEIRA, H.; ARNS, P.C.; VALENÇA, M. E. Abordagem territorial como estratégia de reaplicação de tecnologias sociais.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2012.

**PAULILO, M. I. S. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos.** O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

# UNIDADE 3

## TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

### Objetivo(s) de aprendizagem

Ao final dessa unidade, esperamos que você:

- compreenda a importância do desenvolvimento de novas tecnologias de produção e agregação de valor no meio rural, como a diversificação da produção, o turismo rural etc.;
- entenda as oportunidades e entraves no desenvolvimento de políticas públicas frente às inovações.

### O que vamos aprender aqui?

Conforme anunciado no início dessa disciplina, segue-se um roteiro dedutivo, iniciado pelos conceitos de desenvolvimento rural e territorial sustentável no contexto da globalização, seguido da abordagem sobre a agricultura no Brasil e seus diferentes modelos de organização, para chegar nesta unidade e tratar da agricultura enquanto um empreendimento. Portanto, como pensar as propriedades rurais “porteira adentro”?

Você tem alguma experiência em atividades econômicas ligadas ao meio rural? Você acha que produzir no meio rural é mais simplificado ou mais complexo do que a produção típica do meio urbano? A produção rural requer a utilização de alguma tecnologia?

Para o senso comum, no meio rural, utiliza-se apenas conhecimento tradicional. Mas o que é o conhecimento tradicional senão um conjunto de tecnologias incorporadas socialmente num tempo de longa duração?

Toda produção rural requer o uso de tecnologias, que não se resume apenas às máquinas que reduzem o esforço físico ou substituem a força de trabalho, ou mesmo aos insumos ou às modificações genéticas que aumentam a produção em escala. Essas são tecnologias importantes, mas vamos iniciar pela forma como fazer a gestão da propriedade ou do negócio no meio rural, para em seguida adentrar nessas tecnologias de aumento de produção e também na importância da diversificação e, por fim, nos desafios de transformar estas demandas em políticas públicas e garantir um acesso universal destes resultados.

## Tópicos de estudo

Esta seção está dividida em três tópicos: tecnologias de gestão do agronegócio; inovações e diversificação da produção; e políticas públicas de inovação.

As tecnologias de aumento ou diversificação de produção são mecanismos ou ferramentas que, se não forem bem utilizadas, podem prejudicar o desenvolvimento rural em vez de contribuir. Por isso, é necessário primeiro compreender o desenvolvimento rural “porteira adentro”, como ele se organiza e em que contexto está inserido, para em seguida planejar estrategicamente o uso das tecnologias adequadas a cada atividade.

A partir de então, pode-se observar os desafios da inovação na produção e finalmente abordar o papel do Estado na promoção de políticas públicas de inovação ou na resposta às novas demandas apresentadas pelo setor.

### 3.1 Tecnologias de gestão do agronegócio

A gestão de um empreendimento agrícola deve levar em consideração, em primeiro lugar, a organização do processo de produção e do sistema agropecuário ou da cadeia produtiva. Em segundo lugar, deve considerar o que diferencia os produtos agrícolas dos demais produtos no mercado e quais os mecanismos de comercialização. E em terceiro lugar, é necessário reconhecer o contexto em que está inserido. Com isso, estão criadas as condições para elaboração de estratégias inovadoras de produção.

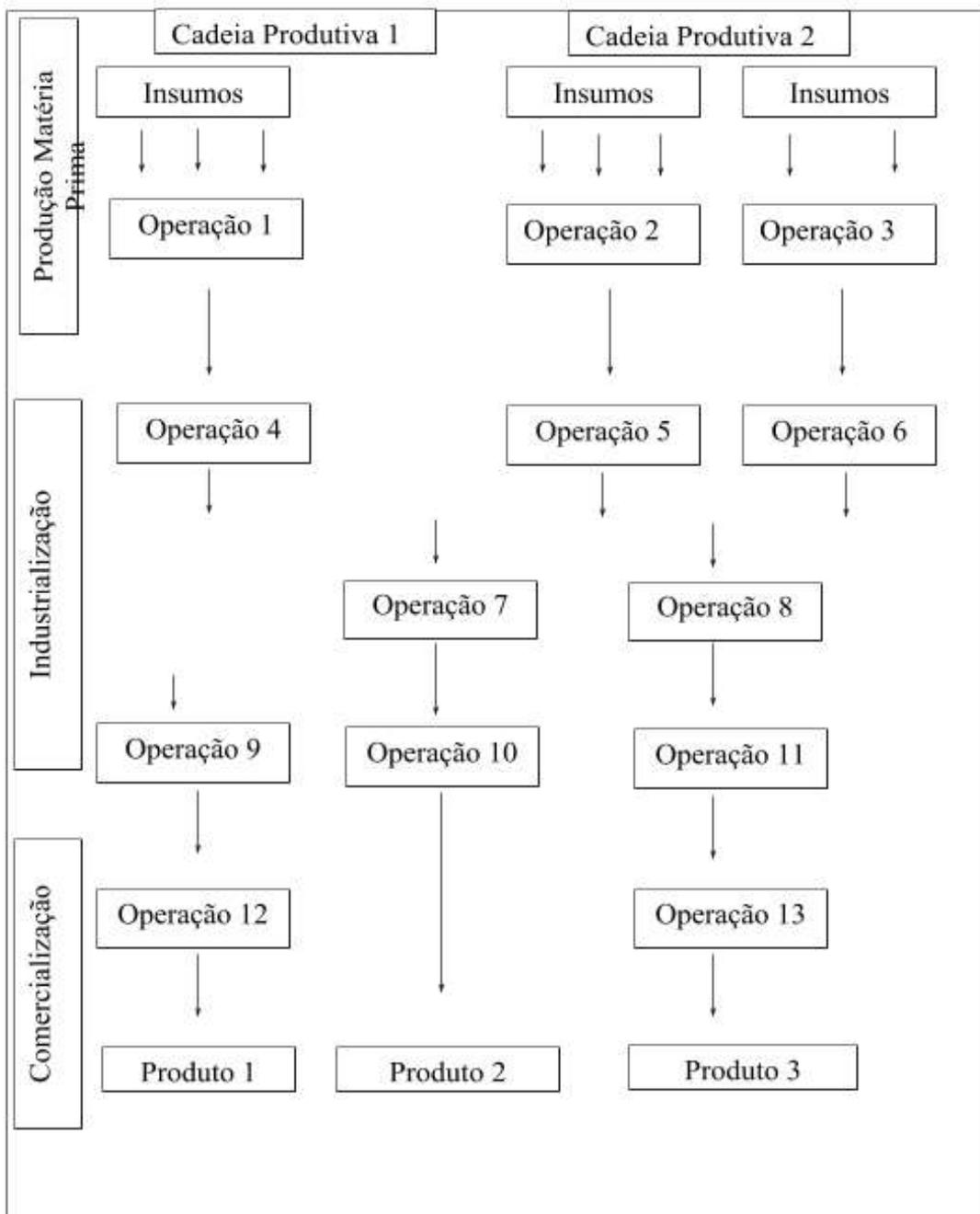
Na unidade anterior, foram apresentados os quatro segmentos de uma cadeia produtiva: fornecedores de insumos (empresas a montante); produção; processamento ou industrialização dos produtos; e distribuidoras (empresas a jusante). Porém, qual a diferença entre os conceitos de agribusiness, cadeias produtivas e sistema agroindustrial?

De acordo com Batalha (1997), a análise de cadeias produtivas é uma ferramenta que procura sintetizar elementos oriundos da economia industrial (lógica da matriz insumo-produto) para o contexto agropecuário, portanto, a cadeia produtiva é uma sucessão de operações encadeadas por meios técnicos ou um fluxo de trocas (ligações) situadas a montante ou a jusante de um determinado produto. O autor simplifica as cadeias produtivas em três macrosssegmentos: produção de matérias-primas; industrialização; e comercialização. Cada cadeia produtiva é composta por um conjunto específico de operações dentro de cada um desses macrosssegmentos.

A Figura a seguir demonstra como podem ser representadas duas cadeias agroindústrias em que ocorrem operações convergentes entre ambas e também

operações divergentes ou específicas. Desse modo, as cadeias de produção não são lineares nem isoladas entre si; é necessário compreendê-las dentro do sistema agropecuário como um todo.

Figura 4 - Cadeia produtiva agroindustrial



Fonte: Batalha (1997, p. 28)

O conceito de agribusiness, desenvolvido por Davis e Goldberg na Universidade de Harvard, desde 1957, analisa o sistema de produção de um determinado produto agrícola, porém, abandona o referencial baseado na matriz insumo-produto, e analisa o processo de produção como o conjunto de operações e redes de conexões entre os agentes responsáveis por cada atividade. Esses autores levam em conta os aspectos de mudanças que ocorrem em longo prazo; assim, é um modelo de análise mais dinâmico e que considera as tecnologias como fatores indutores das mudanças.

Enfim, o conceito de sistema agroindustrial se aproxima do modelo de análise de agribusiness, porém engloba o conjunto das atividades agroindustriais e não apenas um determinado produto; é uma visão sistêmica e dinâmica do processo produtivo como um todo, inserido em determinadas condições ambientais, ou seja, a análise não pode se voltar apenas para si, para uma propriedade, um produto ou mesmo para a cadeia produtiva agroindustrial. As condições ambientais não se referem apenas ao meio ambiente (natureza), mas a um contexto amplo que leva em consideração um conjunto de fatores: políticos (legais e jurídicos); econômicos e financeiros; infraestrutura; tecnológicos; socioculturais; e também de sustentabilidade ambiental.

Saiba que tão importante quanto a produção e o processamento dos produtos agrícolas, é necessário observar o processo de comercialização com suas características específicas: são produtos de natureza biológica (perecíveis) e sazonais (nos períodos de safra há uma quantidade maior de oferta desses produtos no mercado, enquanto que na entressafra há uma escassez de oferta).

Na ponta da cadeia produtiva estão os consumidores, cuja demanda por alimentos é constante. Em função desta dinâmica é que ocorre todo o processo de comercialização dos produtos alimentícios, envolvendo atividades como: logística de transporte, armazenamento, distribuição e venda no varejo.

O mecanismo de comercialização direta é chamado de spot ou pontos de vendas (feiras livres ou entrega direta dos produtores para os supermercados ou consumidores finais), geralmente de produtos in natura, de curta validade e com menor raio de distância entre produtor e consumidor (mercado local).

O desenvolvimento de tecnologias para o processamento de alimentos perecíveis permitiu ampliar o prazo de validade dos produtos e superar a sazonalidade, portanto, possibilitou o desenvolvimento de novos mecanismos de comercialização: as *commodities*.

As *commodities* não se referem apenas aos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, nem todos os alimentos são *commodities*, pois para isso é necessário que atenda três requisitos básicos: padronização internacional; prazo de entrega previamente acordado entre comprador e vendedor; possibilidade de armazenamento ou venda em unidades padronizadas. Por exemplo, frutas não são *commodities* porque são perecíveis, mas o suco de laranja concentrado e congelado o são. Ao mesmo tempo,

cigarro e roupas não são *commodities* porque não são padronizados e sua principal característica é a diferenciação (BATALHA, 1997).

Com base nisso, desenvolveram-se também os mecanismos de comercialização de mercado futuro, através de contratos simplificados de compra e venda de *commodities*, em que as partes estabelecem prazo de entrega, local, meio de transporte e forma de pagamento. Para evitar os riscos no mercado futuro, desenvolveu-se ainda o mecanismo de comercialização chamado hedging, que se caracteriza por operações calculadas com base em padrões de mercado destes produtos, evitando especulações decorrentes de flutuações dos preços de mercado. Esses mecanismos de comercialização se complementam, ou seja, é possível tanto os contratos de longo prazo entre fornecedores de insumos para a agroindústria quanto os contratos de longo prazo para a comercialização de produtos.

As políticas públicas interferem diretamente no processo de comercialização dos produtos agrícolas, desde a regulação de preço mínimo, os programas de armazenamento ou controle de estoque de alimentos, leis específicas e infraestrutura de transporte e energia. Todas essas políticas refletem diretamente nos custos de produção, no valor final dos produtos e na viabilidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros.

Isso ocorre exatamente porque se trata de um mercado globalizado “desde meados dos anos 1980, a abertura comercial e a consolidação dos blocos econômicos trouxeram a realidade da globalização para dentro da economia brasileira” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 139).

Com os acordos comerciais, a redução de tarifas de importação e exportação tanto pode significar oportunidades de venda, mas também riscos de entrada de produtos com menores custos, inviabilizando certas atividades não competitivas.

### **3.2 Inovações e diversificação da produção**

É importante considerar aquele conjunto de fatores apresentados anteriormente para compreender o papel das tecnologias e da inovação no sistema agroindustrial. As tecnologias podem ser divididas em: tecnologia de processo; de produto; e aplicada.

As principais tecnologias de processo utilizadas na agroindústria são as biotecnologias (melhoramento genético da produção); química fina (componentes inseridos na fase de processamento dos produtos); mecânica de precisão (utilizadas para evolução dos equipamentos); e informática (gestão das informações). As tecnologias de produto são voltadas para a prevenção, o tratamento, a produtividade e a qualidade dos produtos. E as tecnologias aplicadas são de tipo vacinas; manejo; aplicação e meio ambiente (ZYLBERSZTAJN, 2000).

## Destaque ✓

O ritmo em que vem ocorrendo as inovações e mudanças tecnológicas é cada vez mais veloz, mas, ao mesmo tempo, “70% da chamada ‘ciência de ponta’, que rende publicação nas revistas científicas de maior prestígio são produzidas em apenas sete países” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 335). Nos países desenvolvidos são aplicados mais de 2% do PIB em ciência e tecnologia, enquanto que na América Latina a média é de menos de 0,8% do PIB, portanto, grande parte das inovações é importada.

Juntamente com o processo de inovação tecnológica e com a globalização se ampliam as exigências com o meio ambiente. De modo geral, há uma preocupação com a degradação e contaminação dos solos (principalmente em decorrência das inovações de processo biotecnológicas e química), a contaminação e escassez da água (70% da água doce no mundo são utilizados na produção agropecuária), o esgotamento de recursos naturais (que são importantes componentes de matéria-prima), e as consequências sociais com o empobrecimento ou exclusão dos pequenos produtores (que não têm condições de competir nessa lógica, juntamente com a diminuição da força de trabalho).

Apenas a título de exemplo, em relação à água, pesquisa da EMBRAPA, a necessidade hídrica para a produção de 1 quilo de arroz é de 2.182 litros de água e para 1 quilo de carne são necessários 20.000 litros de água.

**Figura 5 - Vista geral de lavouras de arroz irrigado no Rio Grande do Sul, Município de Agudo**



Fonte: José Francisco da Silva Martins (EMBRAPA, 2017)

A gestão ambiental agrícola requer que cada projeto de empreendimento apresente estudos de impacto ambiental (EIA) e posteriormente os relatórios de impacto ao meio ambiente (RIMA), que são requisitos legais, mas também exigências dos próprios consumidores.

Os consumidores inseridos virtualmente têm acesso às informações e capacidade de acompanhar os processos produtivos, denunciando amplamente situações maléficas à saúde ou ao meio ambiente.

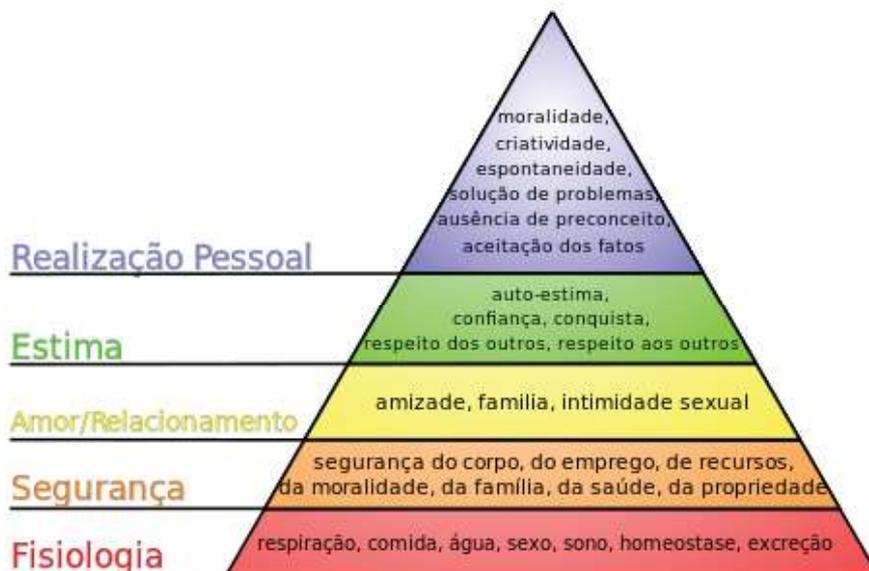
## Saiba

**Veja um exemplo de como a tecnologia da informação pode atuar na formação de valores sociais relacionados com os processos produtivos do setor agrícola:**

**<<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>>.**

O lançamento de novos produtos no mercado exige um planejamento estratégico que considere esse conjunto de fatores apresentados, incorporando ainda alguns conceitos de marketing em relação ao comportamento dos consumidores, que são determinados por: fatores racionais (valor nutricional, preço, qualidade e comodidade) e irracionais (valores simbólicos ligados à região, ao sabor etc.); fatores socioculturais e demográficos (estilo de vida, tipos de atitudes pessoais e hábitos alimentares); fatores psicológicos (ligados à motivação com base na hierarquia de necessidades sugeridas pela teoria de Maslow).

**Figura 3 - Pirâmide das necessidades de Maslow**



Fonte: adaptada de Maslow (1970)

No entanto, há uma tendência atitudinal em relação ao consumo de alimentos no mundo, com as quais o Brasil tem similaridades, pelo menos nas três primeiras respostas verificadas em pesquisa recente: conveniência e praticidade; confiabilidade e qualidade; sensorialidade e prazer; saudabilidade e bem-estar; sustentabilidade e ética.

## Saiba

**Para saber mais sobre as expectativas dos consumidores por produtos agroalimentares, sugerimos a leitura dos capítulos 3 e 4 do estudo publicado pela FIESP:**

**<<http://www.alimentosprocessados.com.br/arquivos/Consumo-tendencias-e-inovacoes/Brasil-Food-Trends-2020.pdf>>**

Em se tratando de diversificação da produção agropecuária brasileira recente, pode-se destacar dois exemplos: turismo rural e produção orgânica.

O turismo rural, mais do que uma alternativa econômica, é uma quebra de paradigma sobre a visão tradicional de contraposição do rural e o urbano. Além disso, há um crescimento exponencial da renda das pessoas que vivem no meio rural com atividades não agrícolas, que vão desde pesque-pague, grandes festas de tradição, rotas gastronômicas até sofisticadas fazendas, pousadas, hotéis ou resort em áreas rurais.

## Saiba

**Sugerimos a leitura do tema através do Projeto “Novo Rural Brasileiro”:**

**<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/04/01/o-novo-rural-brasileiro/>>**

O desenvolvimento da produção orgânica nos países mais avançados tecnologicamente ocorreu quase simultaneamente às inovações bioquímicas voltadas ao aumento de produção em escala. Assim, o mercado de orgânico nesses países é significativo, enquanto que no Brasil começou a despertar interesse apenas no final da década de 1980, com iniciativas como a cooperativa de consumidores “Coolméia” no Rio Grande do Sul e vem se estruturando lentamente.

A produção orgânica se caracteriza pela contraposição ao uso de insumos químicos, substituindo-os por processos biológicos na adubação e controle de pragas. Os consumidores são motivados a comprar orgânicos para evitar os riscos de contaminação com pesticidas e outros aditivos prejudiciais à saúde (gorduras, açúcar, corantes artificiais etc.) e se dispõem a pagar preços maiores pelos produtos diferenciados. Embora a legislação e o reconhecimento dessa atividade agrícola tenha pouca visibilidade em termos de políticas públicas, o mercado cresce exponencialmente e os produtores vão se organizando de forma independente, criando redes e associações com selos de qualidade e mecanismos alternativos de comercialização.

Figura 6 - Produção orgânica em alta



Fonte: Brasil Escola (2016)

**Saiba** 

Para aprender um pouco mais sobre produção orgânica, sugerimos que você assista a essa e outras reportagens produzidas pelo Globo Rural e outros canais especializados no tema: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/intertv-rural/videos/v/producao-agroecologica-integrada-da-certo-em-silva-jardim-rj-e-agricultores-tem-lucro/4482411/>

### 3.3 Políticas públicas de inovação

As políticas públicas ligadas ao setor primário vão desde a regulamentação e fiscalização das diferentes fases da cadeia produtiva, políticas tributárias diferenciadas, tipos de crédito, investimentos em infraestrutura ou pesquisa e difusão de novas tecnologias. O quadro a seguir busca resumir as principais leis federais que interferem na cadeia produtiva de alimentos em cada um dos macrosssegmentos: produção; industrialização; e comercialização. Essas leis definem as diretrizes gerais e a partir de então forma-se um conjunto de leis complementares, decretos e resoluções nas diferentes esferas de poder.

Quadro 2 - Principais leis federais que interferem na cadeia produtiva de alimentos

Segmento da produção	Código Florestal regulamenta a utilização do solo	Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012
Segmento do processamento	Inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal	Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989
Segmento da comercialização	Código de Defesa do Consumidor	Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990

A política tributária brasileira é bastante criticada em todos os setores da economia, não apenas no setor agropecuário, por se tratar de excesso de impostos, multiplicidades de taxas sobre um mesmo produto ao longo da cadeia produtiva, guerra fiscal e falta de padronização tributária, pela concessão de incentivos aleatórios sem uma visão estratégica, como por exemplo, os insumos agrícolas (produtos químicos, sementes e máquinas) que, em grande medida, são importados, têm isenções tributárias, enquanto diversos produtos brasileiros encontram barreiras para comercialização nos países sede dessas mesmas empresas multinacionais.



**Aprenda sobre as restrições às exportações brasileiras, acessando: <[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/114\\_JTAJSPRJCF.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/114_JTAJSPRJCF.pdf)>**

**Também sugerimos a leitura da Cartilha publicada pelo SEBRAE sobre cooperativas, no link:**

**<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\\$File/5193.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf)>**

Por outro lado, há uma antiga legislação tributária vigente sobre incentivos aos empreendimentos cooperativos, que tem beneficiado grandes e pequenos negócios agrícolas no Brasil ao longo de muitos anos.

As políticas de crédito à agricultura brasileira ocorrem por intermédio de investimentos, de custeio (capital de giro para uma safra) ou de comercialização. Uma modalidade de crédito criada em 1973 e ainda vigente é o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que dispensa o agricultor das obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio em caso de perdas por intercorrências climáticas e pragas.

O principal exemplo de investimentos públicos em pesquisa e difusão de tecnologias para a agropecuária brasileira é a EMBRAPA, criada em 1973, que produziu inovações bioquímicas e no manejo de solo, porém, na década de 1990, o Brasil investiu apenas 0,4% do PIB em ciência e tecnologia e conseqüentemente a importância dessas políticas públicas foi se desestruturando. Após a virada do século, tem se destacado as políticas agrícolas voltadas para equalização da agricultura brasileira, incluindo políticas públicas para os pequenos e médios produtores, especialmente a agricultura familiar, que historicamente ficou à margem das ações do Estado.

## Saiba

**Veja um balanço dessas políticas em um estudo publicado pelo IPEA, acessando:**

**<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23)>**

Por fim, destaca-se que um fator positivo foi o aumento de cursos de agronomia e veterinária e a diversificação de cursos voltados para o desenvolvimento rural, especialmente na última década no Brasil. De acordo com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, existem 179 mil profissionais ativos com titulação em ciências agrárias em 288 cursos em todo o Brasil.

## Saiba

**Veja a lista completa desses cursos, acessando: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2014/09/lista-faculdades-de-engenharia-agronomica.html>**

## Em resumo

Nesta unidade, aprendemos que a agricultura, enquanto um empreendimento, requer a gestão da cadeia produtiva, mas, além disso, com a globalização, exige-se uma visão sistêmica do negócio, incorporando o conceito agribusiness e os mecanismos de *commodities* (padronização internacional; prazo de entrega; armazenamento; quantidade/volume de produção).

Vimos ainda que as inovações ocorrem em todos os aspectos, desde o melhoramento genético; química fina; mecânica de precisão; informática e gestão das informações; gestão ambiental, até o marketing em relação ao comportamento dos consumidores. Em relação à diversificação da produção agropecuária, destacam-se o turismo rural e a produção orgânica.

Estudamos que as políticas públicas tributárias no Brasil têm excesso de impostos, multiplicidades de taxas, guerra fiscal e falta de padronização. Há também políticas de crédito e investimentos públicos em pesquisa e difusão de tecnologias para a agropecuária brasileira, como o caso da EMBRAPA, criada em 1973, desestruturada na década de 1990, retomada na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), na última década, mas que novamente vem sendo desmontada de 2016 em diante.

Por fim, ressaltamos a importância do aumento dos cursos de agronomia e veterinárias e a diversificação de cursos voltados para o desenvolvimento rural, especialmente na última década no Brasil.

## Referências

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial: GEPAL - Grupo de Estudos e Pesquisas Agropecuárias**. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1997.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. 2. ed. New York: Harper and Row, 1970.

ZYBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

# UNIDADE 4

## PENSAR O RURAL ESTRATEGICAMENTE

### Objetivo(s) de aprendizagem

Ao final dessa unidade, espera-se que você possa:

- observar o desenvolvimento regional do ponto de vista das potencialidades endógenas e com base no pensamento estratégico de produção articulada com o ambiente socioeconômico, político, cultural e sustentável do território, visando melhorar a qualidade de vida no espaço rural;
- entender os conceitos e experiências de Indicação Geográfica (IG), Arranjos Produtivos Locais (APL) e care.

### O que vamos aprender aqui?

Para encerrar essa disciplina, a última unidade pretende sintetizar os conceitos e dados sobre a realidade e inseri-los em propostas operacionais do que fazer a partir do território local, visando o desenvolvimento rural.

Você conhece alguma experiência de comunidade rural modelo? Quais os paradigmas de modelo rural na atualidade? E o Brasil, como está respondendo a esses desafios?

Uma estratégia de desenvolvimento rural pode partir de diferentes pontos de vista. É comum o discurso político de governantes locais que prometem atrair investimentos de grandes indústrias agropecuárias ou de outras atividades para gerar emprego e dividendos no município, porém quando essas empresas não estão conectadas com a vocação produtiva regional ou têm apenas um interesse imediato de aproveitar os subsídios e incentivos para depois migrar novamente, ou ainda, quando não há preocupação com o meio ambiente e social, o passivo posterior poderá ser mais prejudicial do que a condição anterior.

Outra possibilidade é o desenvolvimento endógeno, ou seja, partir das potencialidades locais, criar um ambiente de diálogo entre os diferentes segmentos focado numa estratégia de longo prazo. Este é um processo mais lento, porém tem consistência e deve gerar inclusão do conjunto da população envolvida.

## Tópicos de estudo

Esta seção está dividida em três tópicos: desenvolvimento regional; indicação geográfica; e arranjos produtivos locais.

Pensar globalmente e agir localmente, este é um dos principais paradigmas de desenvolvimento da atualidade, não apenas rural, mas de qualquer desenvolvimento. Porém, esse princípio poderá fundamentar distintos pontos de vista, como por exemplo, o desenvolvimento da agroindústria em grande escala, baseada no sistema de integração vertical e voltada para o mercado mundial de carnes, ou então, a busca por uma certificação de Indicação Geográfica para agregar valor a uma produção diferenciada e também colocá-la no mercado global, ou ainda, na organização de Arranjos Produtivos Locais, integrando todas as dimensões do desenvolvimento e elevando a qualidade de vida da população envolvida de forma equitativa.

### 4.1 Desenvolvimento regional

Se o paradigma atual é pensar globalmente e agir localmente, o recorte do território é uma decisão dos atores que propõe o desenvolvimento, seja uma empresa, uma associação de produtores, o poder público municipal ou um conjunto de atores sociopolíticos envolvidos, numa comunidade ou município.

## Destaque



**Os locais que se encontram com problema de baixo crescimento, com falta de desenvolvimento ou que estão às margens da globalização geralmente têm limites econômicos, sociais, políticos e culturais para progredir isoladamente. Portanto, buscar aliados regionais em condições semelhantes e com identidade cultural comuns passa a ser uma alternativa.**

No Brasil, existem diversos Estados com iniciativas de desenvolvimento regionalizados, como por exemplo, conselhos regionais de desenvolvimento nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros, planejamento regional participativo na Bahia, Secretarias de Desenvolvimento Regionais em Santa Catarina, dentre outros. No entanto, a efetividade dessas políticas públicas de desenvolvimento regionais é relativa, dependendo do modelo institucional e do período em que foi implantado, assim como da capacidade de financiamento público de projetos decididos com a participação social.

Do ponto de vista macrorregional, uma das mais recentes expansões foi chamada de “fronteira” agrícola brasileira e ocorreu na região centro-oeste, ao longo dos anos de 1990 em diante, motivados pela combinação de diferentes fatores: aumento do estoque de terras de boa qualidade e baixo preço; melhorias na infraestrutura de transporte e pesquisa agrícola, especialmente ligada à qualidade da terra; e estrutura agrária concentrada em grandes propriedades, aptidão para mecanização e menor dependência de força de trabalho assalariada: “Essa maior produtividade regional já se expressa, inclusive, na migração de agricultores americanos para produzir no cerrado” (HELFAND; REZENDE, 2003, p.208).

Isso resultou na expansão da produção de grãos, especialmente milho e soja, acima da média nacional, no período entre 1985 até 1995, indicando uma tendência de migração das agroindústrias de carne (aves e suínos) do sul para o centro-oeste e alertando para a necessidade de reconversão produtiva da região sul. Mas, apesar da expansão das agroindústrias para aquela região, não implicou em encerrar as atividades em outras regiões: o sudeste era responsável por 34% da produção nacional de aves em 1980 caiu para 30% em 1995; o sul cresceu de 39% para 43% no mesmo período; e o centro-oeste aumentou de 5% para 6%. Ou seja, apesar das condições favoráveis oferecidas pelo baixo custo dos insumos para a produção de carnes, não houve uma simples transferência da agroindústria de uma região para outra, mas uma expansão geral da produção (HELFAND; REZENDE, 2003). Importante chamar atenção para as externalidades desse modelo de expansão da fronteira agrícola na região centro-oeste, além da exclusão social, percebe-se que “o cerrado tende a apresentar um problema de uso predatório dos recursos hídricos mais sério do que as outras regiões do país, uma vez que a rentabilidade privada do uso da irrigação tende a ser maior” (HELFAND; REZENDE, 2003, p. 209).

## 4.2 Indicação geográfica

Os conceitos de território e territorialidade têm recebido atenção de múltiplas áreas do conhecimento e passaram a inspirar projetos de desenvolvimento que valorizam as identidades simbólico-culturais dos territórios ou regiões, propondo estratégias de desenvolvimento, através de um processo de especificação dos produtos com a identidade territorial.

### **Destaque** ✓

**O ambiente mercadológico atual valoriza os produtos diferenciados e as especificidades territoriais tornaram-se um vetor de agregação de valor aos produtos e serviços. A Indicação Geográfica (IG) está sendo reconhecida oficialmente no Brasil como marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território (GURGEL apud DALLABRIDA, 2012).**

São formas que visam distinguir a sua originalidade conferindo-lhes um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem. Uma vez reconhecida, a indicação só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea.

A primeira intervenção na proteção de uma IG ocorreu em 1756, quando os produtores do Vinho do Porto, em Portugal, buscaram com o Primeiro-Ministro Marquês de Pombal a proteção do produto. Uma vez que após o vinho do Porto ter adquirido grande notoriedade e reputação, outros vinhos passaram a utilizar a denominação “do Porto”, ocasionando queda nas vendas e uso indevido da denominação (CERDAN et al., 2010, p.31).

**Figura 7 - História das denominações de origem**



Fonte: Enovirtua (2017)

A Indicação Geográfica no Brasil, segundo Souza (2010, apud DALLABRIDA, 2012), consiste em dois estágios: a Indicação de Procedência (nome geográfico de um país, cidade, região ou território em que foi produzido) e a Denominação de Origem (as qualidades ou características exclusivas do meio geográfico específico, incluídos fatores naturais e humanos).

Os pedidos de reconhecimento de IG no Brasil podem ser requeridos por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, pautados na lei nº. 9.279/1996, que regulamenta a propriedade industrial no Brasil.

Desde que a lei foi aprovada, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pela emissão dos certificados de IG no Brasil, já concedeu 41 indicações de procedência, 18 indicações de origem e estão pendentes 108 pedidos (INPI, 2017).

**Quadro 3 - Tipos de produtos e quantidade de IG no Brasil**

Tipo Produto	Nº de IG	Tipo Produto	Nº de IG
Vinhos, uva e espumantes	07	Vinhos e espumantes	07
Artesanatos	07	Própolis e mel	03
Café	05	Minerais	03
Doces e frutas	04	Carnes	03
Carnes e embutidos	03	Arroz	01
Cachaça	02	Café	01
Queijo	02	Leite	01
Cortume e calçados	02		
Mármore e granito	01		
Cacau	01		
Têxtil de algodão	01		
Tecnologia de Informação	01		
Biscoitos	01		
Apicultura	01		
Açafrão	01		
Inhame	01		
Peixes artesanais	01		
<b>Total</b>	<b>41</b>		<b>18</b>

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2017)



**Aprenda como solicitar IG de um produto, através do Guia Básico de IG, disponível em:**  
**<<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>>**

### 4.3 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Os APLs, também conhecidos como sistemas produtivos locais ou clusters, caracterizam-se pela proximidade geográfica entre as empresas (predominantemente pequenas e médias empresas); pela identidade sociocultural que gera confiança entre os agentes e colaboração mútua; pela especialização setorial dos produtos; e pela presença de organizações sociais de apoio, juntamente com a participação de governos regionais e locais. Cassiolato e Lastres (2005) definem os Arranjos Produtivos Locais como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas (...) envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros (...). Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2005, apud OLIVEIRA; ARNS; VALENÇA, 2012, p.72).

Com base nessa definição, percebe-se uma diferença importante em relação às cadeias produtivas e agribusiness. Estes modelos partem da lógica econômica com foco nos produtos (o reconhecimento da IG também tem foco no produto, ainda que considere as especificidades territoriais), porém o princípio dos APLs é o desenvolvimento territorial no seu conjunto, eliminando a dicotomia entre o rural e urbano e a segmentação das cadeias produtivas.

Os APLs buscam integrar os agentes econômicos, políticos, sociais e culturais, considerando ainda a necessidade de responsabilidade ambiental; portanto, trata-se da estratégia mais próxima do ideal do desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

Note que os APLs têm como foco o processo de construção das identidades territoriais que favoreçam a coesão, a proximidade e a cooperação entre empresas. Isso ocorre quando se estabelecem relações horizontais (não verticais) de aprendizagem coletiva e o desenvolvimento de novos conhecimentos, motivados tanto por cooperação quanto por concorrência, aprimorando as habilidades e agregando valor aos produtos. Uma necessidade é a facilitação do acesso ao crédito e a redução dos riscos e incertezas, que deve acontecer como resultado de um processo de longo prazo, respaldado por ações de planejamento estratégico.

Em síntese, os APLs englobam as seguintes dimensões: território; diversidade de atores e atividades; socialização do conhecimento; inovação e aprendizagem interativas; e governança.

Esse modelo de desenvolvimento local teve origem nas décadas de 1960 e 1970 na Alemanha e na Itália, associado a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum, que geravam ambientes favoráveis à interação, cooperação e confiança entre os atores, além de potencial para crescimento e desenvolvimento (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014).

Em 2005, havia 957 APLs no Brasil, responsáveis por mais de 2 milhões de postos de trabalho em cerca de 2000, sendo que na área agropecuária haviam sido identificados 287 APLs em 1.476 municípios; no comércio e serviços, 114 APLs em 500 municípios, e nas indústrias, 355 APLs em 1.686 municípios (OLIVEIRA; ARNS; VALENÇA, 2012).

**Figura 8 - Porto Digital - Recife (PE) 2015**



Fonte: Porto Digital (2015)

**Saiba** 

**Conheça um case de sucesso de APLs na área de tecnologia da informação chamado Porto Digital, implantado em Recife (PE).**

**Acessível em:**

**<[http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1\\_-\\_porto\\_digital.pdf](http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1_-_porto_digital.pdf)>**

Os estudos e experiências de desenvolvimento regional, territorial ou local partem do entendimento de que o território (em escala local ou regional) é a base de materialização do desenvolvimento e se desenvolve a partir das potencialidades internas (desenvolvimento endógeno), mas cada vez mais permeado por dinâmicas externas (OLIVEIRA; ARNS; VALENÇA, 2012), portanto, conectados com o princípio do “pensar globalmente e agir localmente”.

Enfim, cabe destacar que uma estratégia de desenvolvimento rural embasada numa visão sistêmica deve considerar também o conceito de multifuncionalidade da agricultura e o papel das mulheres e dos jovens neste contexto.

A noção de multifuncionalidade agrícola está associada a quatro funções do exercício da atividade agrícola, definidas por Cazella, Bonnal e Maluf (2009, apud HERRERA, 2016):

- a) reprodução socioeconômica das famílias (condição de permanência no campo e as condições dos jovens relativas à sucessão da unidade produtiva);
- b) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais (autoconsumo das famílias, trabalho doméstico ou care, comercialização e qualidade dos alimentos);
- c) manutenção do tecido social e cultural (condições de vida das comunidades rurais);
- d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (uso sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade).

Nesse conceito, especialmente as mulheres têm um papel fundamental, que se tornava invisível no modelo de produção em escala, em que o trabalho “pesado” masculino era considerado econômico e as funções de care (é difícil de traduzir o sentido deste termo para um único conceito, contudo, pode-se considerar: cuidado, solicitude, preocupação com o outro e estar atento às suas necessidades) eram desconsideradas econômica e socialmente.

Porém, ao observar as multifuncionalidades do agrícola ou do desenvolvimento rural, as mulheres cumprem um papel central na articulação do conjunto de atividades voltadas para o desenvolvimento integral e sustentável e não exclusivamente para o crescimento econômico.

Contudo, esse reconhecimento sociocultural do papel das mulheres no desenvolvimento rural não ocorre naturalmente, mas é resultado de um longo processo de lutas e de organização social, como por exemplo, o caso do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que vem conquistando espaço e chamando atenção da sociedade desde o início dos anos 1990.

## Considerações finais

Ao encerrar essa disciplina de Desenvolvimento Rural, espera-se ter atingido o objetivo de proporcionar a compreensão dos principais conceitos relativos ao tema, relacionando-os com as origens históricas do seu surgimento e inserindo-os no contexto atual, tanto em nível global como brasileiro.

Cabe lembrar que um dos paradigmas atuais mais abrangentes sobre desenvolvimento é o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), pois articula um conjunto de dimensões num determinado espaço com uma visão sistêmica, sustentável e de longo prazo.

A realidade brasileira apresenta diversas contradições, não apenas na formação de dois modelos distintos de desenvolvimento rural ou da economia agrícola e agropecuária, mas também de avanços e recuos de políticas públicas voltadas para a regulação de mercado, infraestrutura, pesquisa, assistência técnica, crédito e financiamento deste desenvolvimento.

Dentre as fases de altos e baixos da economia agrícola brasileira, nas duas últimas décadas houve uma expansão do setor, resultado do esforço da iniciativa privada e dos incentivos das políticas públicas, ampliando o volume e a qualidade dos produtos brasileiros voltados para a exportação e também para o mercado interno, dos complexos agroindustriais e das redes de agricultores familiares organizadas por setor ou por região. Porém, a tendência do próximo período parece não ser tão promissora, pois se percebe uma competição desleal no mercado internacional, através de ataques comerciais globais contra produtos brasileiros, como por exemplo, no setor de carnes. Ao mesmo tempo, verifica-se um recuo dos investimentos públicos em diversos aspectos: infraestrutura (privatização das rodovias irá aumentar o custo dos transportes); crédito (aumento contínuo das taxas de juros); cortes de investimentos em pesquisa e congelamento dos investimentos sociais, principalmente em educação, que poderá significar um recuo na formação de profissionais qualificados que vinha crescendo nas últimas décadas.

Tais desafios reforçam ainda mais a necessidade de iniciativas sociais na busca de alternativas viáveis a partir da cooperação e do planejamento de longo prazo, potencializando os recursos endógenos de cada território, construindo sinergia entre diferentes atores motivados por uma visão sistêmica e pelos princípios de sustentabilidade econômica, política, cultural e socioambiental.

## Em resumo

Nesta unidade, você aprendeu sobre a importância da agenda de desenvolvimento regional e as diferentes iniciativas para tratar do tema. Do ponto de vista prático, tratou-se de dois tipos de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento local: por um lado, a certificação de origem ou indicação geográfica, que agrega valor aos produtos típicos e únicos de uma determinada região, e, por outro lado, os arranjos produtivos locais, que buscam articular o conjunto de atores locais para um diálogo e busca de saída coletiva e articulada com base numa visão holística do lugar. Esses são dois exemplos de como é possível melhorar a qualidade de vida a partir das potencialidades locais, seja a partir de um determinado produto ou a partir dos *clusters* local. Finalmente, vimos também que o conceito de *care* aponta para a necessidade de mudanças mais profundas no paradigma do desenvolvimento rural, para além do pensamento econômico, político, social ou cultural; trata-se de observar todas as dimensões na vida das pessoas, a importância da individualidade e especialmente o papel fundamental das mulheres neste contexto.

## Referências

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.

CERDAN, C. M.; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L. **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio: módulo II, indicação geográfica**. 2. ed. Brasília: Ministério da Agricultura e Pecuária/SEaD/UFSC/FAPEU, 2010.

DALLABRIDA, V. R. Território e desenvolvimento sustentável: indicação geográfica da Erva-Mate de Ervais Nativos no Brasil. **Informe Gepec**, Toledo (PR), v. 16, nº 1, p. 42-59, 2012.

ENOVIRTUA. História das denominações de origem. Disponível em: <<http://www.enovirtua.com/enopedia/historia-do-vinho/historia-das-denominacoes-de-origem/>> Acesso em: 03 abr. 2017.

HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis: UFSC, Vol. 15, Edição Especial, p. 208- 233, 2016.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. **Região e espaço de desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Guia básico. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

**OLIVEIRA, H.; ARNS, P. C.; VALENÇA, M.E. Abordagem territorial como estratégia de reaplicação de tecnologias sociais. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2012.**

PORTO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.portodigital.org>> Acesso em: 04 abr. 2017.